



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

IRBE PETCE Nº 566

Data 12/11/18



Documento Assinado Digitalmente por: LUCIANA KALLI LAGE
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 4ae409a5-98d3-4d13-b0f-5d5c984c0f4

Ofício nº 00194/2018 - TCE-PE/ GC04

Recife, 30 de outubro de 2018

A Sua Excelência o Senhor

JOAQUIM NETO DE ANDRADE SILVA

Prefeito do Município de Gravatá

Assunto: Alerta de Responsabilidade

PREFEITURA DE GRAVATÁ
Gabinete do Prefeito
Gravatá 19/11/2018
Edvaldo Martins
RG. 056.702.211.51
CPF. 056.702.211.51

Senhor Prefeito,

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no exercício de suas competências constitucionais, por disposição do artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 101/2000, regulamentado pela Resolução TC nº 20, de 30 de setembro de 2015, e alterações, **ALERTA** que o montante da despesa com pessoal do Poder Executivo do Município alcançou **54,83%** da Receita Corrente Líquida, correspondendo a 101,54%% do seu limite de pessoal constante no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre.

A situação descrita acima, nos moldes do parágrafo único do artigo 22 da LRF, veda ao Poder Executivo Municipal:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Outrossim, o Poder Executivo Municipal, por haver ultrapassado seu limite (54% da RCL) e sem prejuízo das vedações descritas no artigo 22 (parágrafo único e incisos), terá que adotar as medidas previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal:


§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Atenciosamente,


João Carneiro Campos
Conselheiro

